



XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

23 a 27 de novembro de 2019
Foz do Iguaçu - PR

realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

Agenda

- **Tributação da Receita de Construção pela Competência e Margem de Presunção (8% e 12% ou 32%) no Lucro Presumido**
- **Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras**





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Tributação da Receita de Construção pela Competência e Margem de Presunção (8% e 12% ou 32%) no Lucro Presumido



Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

Decreto n. 9.580/2018

Art. 591. A base de cálculo do imposto sobre a renda e do adicional, em cada trimestre, **será determinada por meio da aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta definida pelo art. 208**, auferida no período de apuração, deduzida das devoluções e das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, e observado o disposto no § 7º do art. 238 e nas demais disposições deste Título e do Título XI (Lei nº 9.249, de 1995, art. 15 ; e Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º e art. 25, caput, inciso I) .

Art. 592. Nas seguintes atividades, o percentual de que trata o [caput do art. 591](#) será de ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º](#)):

I - um inteiro e seis décimos por cento, para atividade de revenda para consumo de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso I](#));

II - **dezesseis por cento, para a atividade de prestação de serviço de transporte, exceto o de carga, para o qual se aplicará o percentual** previsto no [caput do art. 591](#) ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso II, alínea “a”](#)); e

III - **trinta e dois por cento, para as atividades de:**

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas estabelecidas pela Anvisa ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso III, alínea “a”](#));

b) intermediação de negócios ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso III, alínea “b”](#));

c) administração, locação ou cessão de bens, imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso III, alínea “c”](#)); e

d) **prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público** ([Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso III, alínea “e”](#)).



COMITÊ TRIBUTÁRIO

Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

Solução de Consulta no 174 – Cosit*

Data 3 de julho de 2015

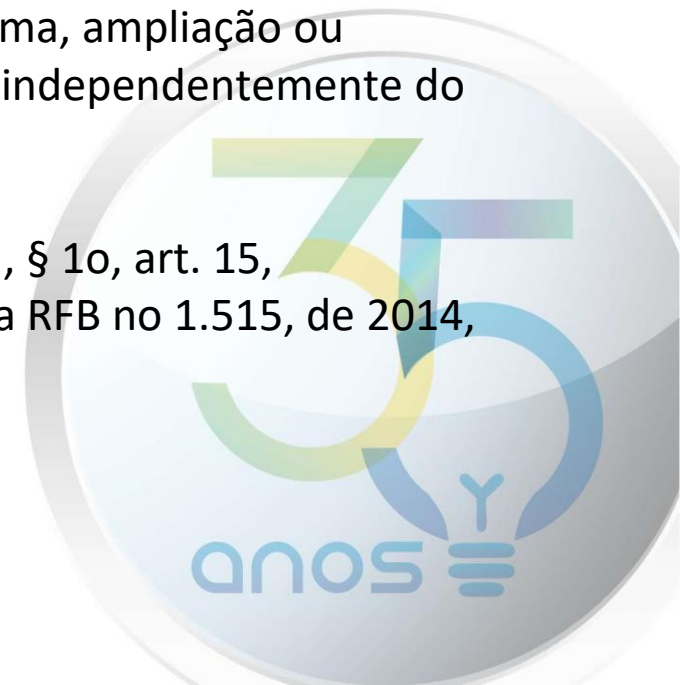
Assunto: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO.

O percentual de presunção a ser aplicado para determinação da base de cálculo do IRPJ dos pagamentos por estimativa para as atividades de prestação de serviços de de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, vinculados a contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais, será de 32% (trinta e dois por cento).

Dispositivos Legais: Lei no 9.430, de 1996, art. 2o; Lei no 9.249, de 1995, alínea “e”, inciso III, § 1o, art. 15, introduzida pela Lei no 12.973, de 2014; Lei no 12.973, de 2014, art. 36; Instrução Normativa RFB no 1.515, de 2014, alínea “e”, inciso IV, § 2o, e § 18, ambos do art. 4o, e arts. 81 e 83.
(...)

*Vale para IRPJ e CSLL





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF08 No 8020, DE 05 DE SETEMBRO DE 2016
(Publicado(a) no DOU de 22/11/2016, seção 1, pág. 19)

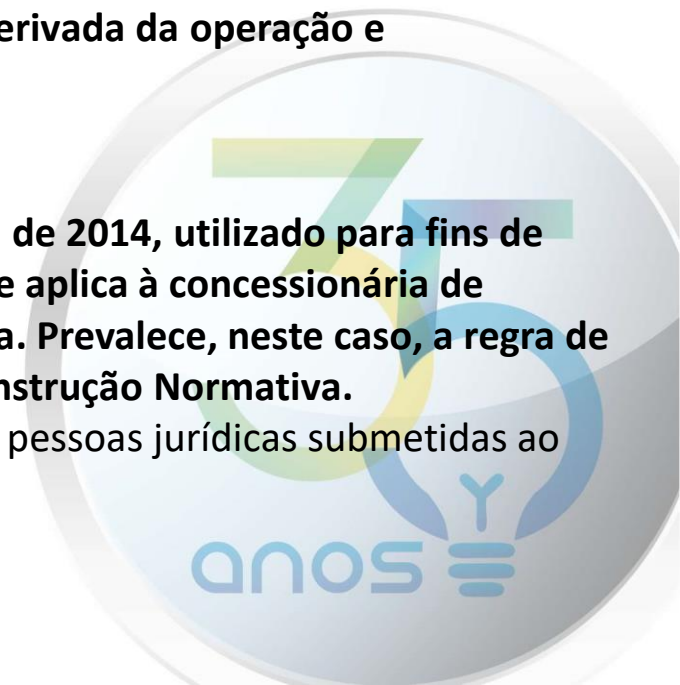
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO.

Para determinação do lucro presumido, **a concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica deve aplicar o percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura vinculados ao contrato de concessão e de 8% sobre a receita bruta derivada da operação e manutenção dessa infraestrutura.**

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. LUCRO PRESUMIDO/ REGIME DE CAIXA.

O conceito de “efetivo recebimento” constante do art. 83, § 3o, da Instrução Normativa RFB no 1.515, de 2014, utilizado para fins de tributação do lucro decorrente da receita de construção cuja contrapartida seja ativo financeiro, não se aplica à concessionária de serviço público que, sujeita ao lucro presumido, optar pela tributação de acordo com o regime de caixa. Prevalece, neste caso, a regra de reconhecimento de receitas, que é inerente a este regime, à qual se refere o art. 129 da mencionada Instrução Normativa.

O diferimento da tributação disciplinado no art. 83, § 3o, da IN RFB no 1.515, de 2014, visa a alcançar as pessoas jurídicas submetidas ao lucro real, que devem reconhecer receitas e despesas em obediência ao princípio da competência. (...)





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

Processo de Consulta nº 259/18 (28/12/2018)

órgão Coordenação-Geral do Sistema de Tributação - COSIT

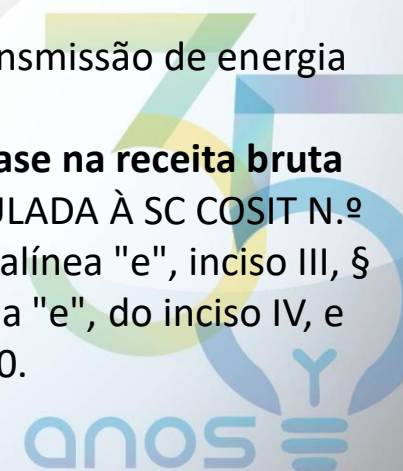
Decisão Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

Ementa: LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE CAIXA. PERCENTUAL. CONTRATO DE CONCESSÃO. TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. OPERAÇÃO. O percentual de presunção a ser aplicado na determinação da base de cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro presumido/regime de caixa na prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, vinculada a contratos de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, independentemente do emprego parcial ou total de materiais, será de 32% (trinta e dois por cento). A construção da infraestrutura é etapa diversa e autônoma, remunerada com receita a ser paga com ativo financeiro, sendo a concessionária tida por prestadora de tal serviço, não imiscuída à fase de operação do empreendimento (que será remunerada pelos serviços de operação).

Na execução desses contratos, as receitas de operação e manutenção da infraestrutura constituem receitas de transmissão de energia elétrica submetidas ao percentual de presunção do lucro de 16% (dezesseis por cento) para o IRPJ.

Em face de inexistência de disposição legal em contrário, o Lucro Presumido/regime de caixa deve se dar com base na receita bruta (RAP) efetivamente recebida, com supedâneo no art. 223 da IN RFB nº 1.700, de 2017. SC PARCIALMENTE VINCULADA À SC COSIT N.º 112 DE 3 DE AGOSTO DE 2016. DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.430, de 1996, arts. 2º e 25, I; Lei nº 9.249, de 1995, alínea "e", inciso III, § 1º, art. 15, introduzida pela Lei nº 12.973, de 2014; Lei nº 12.973, de 2014, art. 36; IN RFB nº 1.700, de 2017, alínea "e", do inciso IV, e alínea "a", do inciso III, do § 1º do art. 33, § 5º, do art. 37, e arts. 166, 168, 215 e 223; Orientação OCPC 05, de 2010.

(...)



Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

- Percentuais de presunção
 - Para a RFB, hoje, a Receita de Construção deve estar submetida ao percentual de 32% para determinação do lucro presumido (IRPJ e CSLL) e a Receita de Operação e Manutenção no percentual de 16%.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Lucro Presumido (8% e 12% ou 32%)

APELAÇÃO CÍVEL/REMESSA NECESSÁRIA Nº 5005871-28.2016.4.04.7206/SC

RELATOR: JORGE ANTONIO MAURIQUE

APELANTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

APELADO: EMPRESA DE TRANSMISSÃO XXXX

(...)

TRIBUTÁRIO. IRPJ. CSLL. ALÍQUOTA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. LEI No 9.249/95.

1. De acordo com o contrato de concessão firmado pelas partes, a atividade exercida pela autora consiste, exclusivamente, na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sendo as receitas por ela auferidas diretamente relacionadas à prestação deste serviço. Não há previsão de pagamento e nem individualização de receitas pela construção da infraestrutura.
2. Desse modo, ainda que a construção da infraestrutura seja necessária à prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica - tratando-se de um encargo necessariamente assumido pela empresa contratante -, resulta do contrato celebrado entre as partes que o serviço a ser desempenhado pela concessionária (autora) é o de transmissão de energia elétrica. É, por conseguinte, deste fato que resultará a receita por ela auferida.
3. Portanto, se a autora presta serviços de transmissão de energia, não é cabível enquadrar a sua atividade na hipótese tributária prevista no artigo 15, § 1o, inciso III, alínea 'e' da Lei no 9.249/95.
4. Configurando-se as atividades em questão como prestação de serviços de transmissão de energia, incidem as alíquotas de 8% e 12% sobre a receita bruta auferida para fins de recolhimento de IRPJ e CSLL, respectivamente, nos termos dos artigos 15, caput, e 20, 20, primeira parte, ambos da Lei no 9.249/95.

anos

Receita de Construção no Lucro Presumido

- Caixa ou Competência
- Inclusão de margem de lucro do EPC?
- Possibilidade de planejamento tributário?



Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras



Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

Convênio ICMS 117/04

Na sua redação original, trazia a dispensa da emissão de nota fiscal, relativamente aos valores ou encargos pelo uso dos sistemas de transmissão, desde que o NOS prestasse as informações na forma e prazo previstos no Ato COTEPE ICMS 31/12 (Cláusula 2ª, inciso I, revogada com pelo Conv. 104/18 com efeitos a partir de 01/01/20).

Nova redação, com vigência a partir de 01/01/2020:

Cláusula segunda O agente transmissor de energia elétrica deverá emitir Nota Fiscal relativamente aos valores e encargos pelo uso dos sistemas de transmissão e de conexão.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Estado de São Paulo

Portaria CAT 61/2010

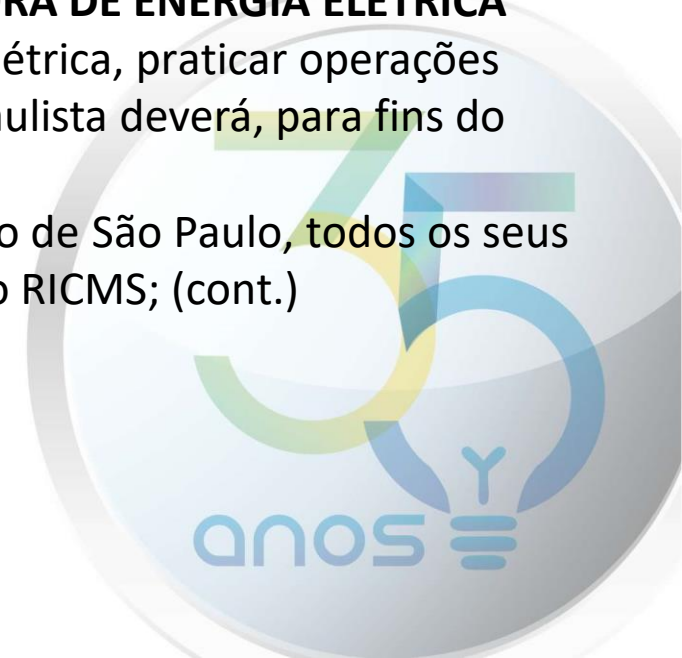
Capítulo V

Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

CAPÍTULO V - DOS DOCUMENTOS FISCAIS a SEREM EMITIDOS PELA EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 8º - O contribuinte que, em razão do exercício da atividade de transmissão de energia elétrica, praticar operações relativas à circulação dessa mercadoria por meio de estabelecimento situado no território paulista deverá, para fins do disposto no artigo 10 do Anexo XVIII do RICMS:

I - antes de iniciar suas atividades, inscrever, no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de São Paulo, todos os seus estabelecimentos situados no território paulista, observado o disposto nos artigos 19 a 31 do RICMS; (cont.)





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

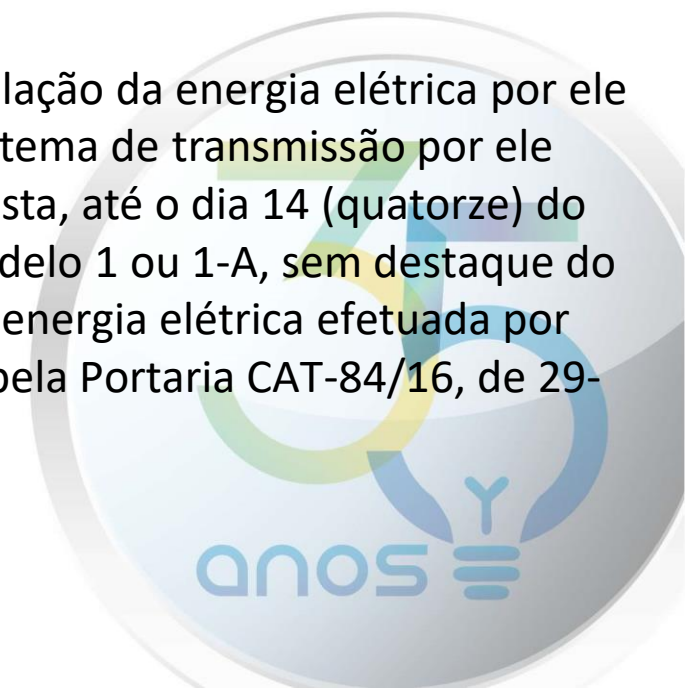
Estado de São Paulo

Portaria CAT 61/2010

Capítulo V

(Cont.)

II - relativamente ao encargo de conexão, apurado em razão das operações relativas à circulação da energia elétrica por ele praticadas e cobrado de cada pessoa, natural ou jurídica, que, estando conectada ao subsistema de transmissão por ele operado, for remetente ou destinatária da energia elétrica transmitida, emitir em nome desta, até o dia 14 (quatorze) do mês subsequente àquele em que tiver ocorrido o fato gerador do imposto, Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, sem destaque do ICMS, a título da industrialização correspondente ao processo industrial da transmissão de energia elétrica efetuada por meio da conexão por ele operada, observado o disposto no § 1o; (Redação dada ao inciso pela Portaria CAT-84/16, de 29-07-2016; DOE 30-07-2016; Efeitos a partir de 01-08-2016)





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Estado de São Paulo

Portaria CAT 61/2010

Capítulo V

(Cont.)

III - relativamente ao encargo de uso, apurado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS em razão das operações relativas à circulação de energia elétrica praticadas por ele, contribuinte, e cobrado de cada pessoa, natural ou jurídica, que, estando conectada a subsistema de transmissão integrante da Rede Básica, for remetente ou destinatária da energia elétrica transmitida, emitir em nome desta, até o dia 14 (quatorze) do segundo mês subsequente àquele em que tiver ocorrido o fato gerador do imposto, Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, sem destaque do ICMS, a título da industrialização correspondente ao processo industrial da transmissão de energia elétrica por ele efetuada, observado o disposto no § 1o; (Redação dada ao inciso pela Portaria CAT-84/16, de 29-07-2016; DOE 30-07-2016; Efeitos a partir de 01-08-2016)

IV - escriturar as Nota Fiscais de que tratam os incisos II e III observando o disposto no artigo 250-A deste regulamento.

anos

Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

ESTADO DE SÃO PAULO

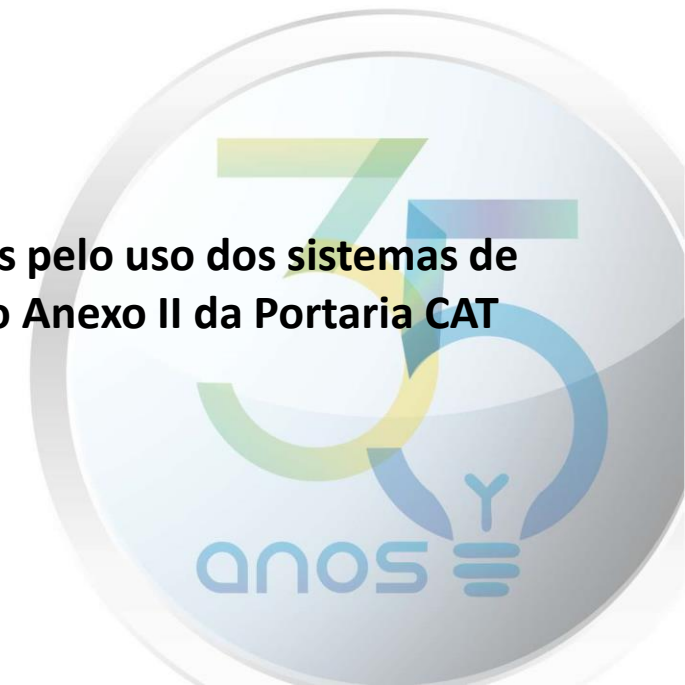
RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 18614/2018, de 27 de Dezembro de 2018.

Disponibilizado no site da SEFAZ em 16/01/2019.

Ementa

ICMS – Energia Elétrica – Agente transmissor – Emissão de Nota Fiscal – CFOP.

I. Na emissão de Nota Fiscal pelo agente transmissor, para registrar os valores e encargos pelo uso dos sistemas de transmissão e de conexão, deve ser utilizado o CFOP 5.125 ou 6.125, conforme item 7 do Anexo II da Portaria CAT 61/2010.



Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

Conceito de estabelecimento (Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro)

TÍTULO III

Do Estabelecimento

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Art. 1.143. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

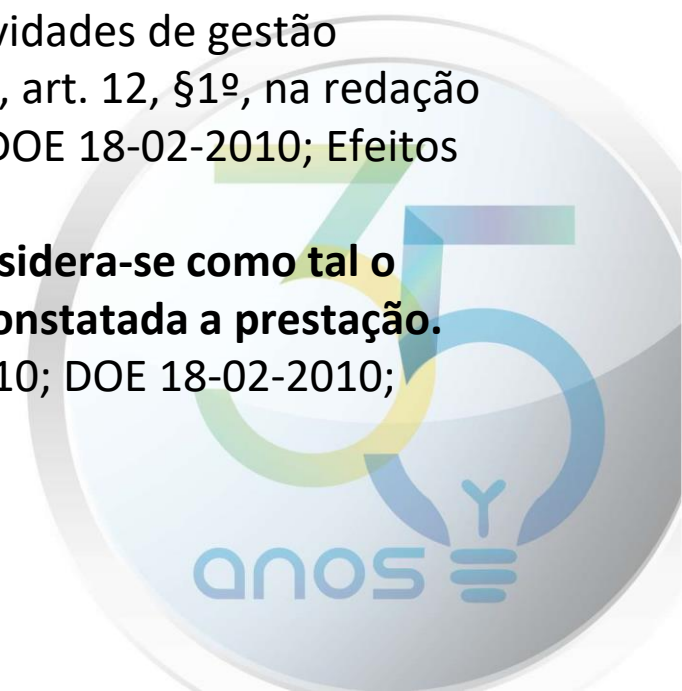
RICMS/SP

CAPÍTULO III - DO ESTABELECIMENTO

Artigo 14 - Para efeito deste regulamento, **estabelecimento é o local, público ou privado, construído ou não, que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade** (Lei [6.374/89](#), art. 12, na redação da Lei [10.619/00](#), art. 1º, VII).

§ 1º - Considera-se extensão do estabelecimento o escritório onde o contribuinte exerce atividades de gestão empresarial ou de processamento eletrônico de suas operações ou prestações (Lei 6.374/89, art. 12, §1º, na redação da Lei 13.918/09, art.11, IV). (Parágrafo acrescentado pelo Decreto [55.437](#), de 17-02-2010; DOE 18-02-2010; Efeitos partir de 23-12-2009)

§ 2º - Na impossibilidade de determinação do estabelecimento nos termos deste artigo, **considera-se como tal o local em que tiver sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.** (Parágrafo Único passou a denominar-se § 2º de acordo com o Decreto [55.437](#), de 17-02-2010; DOE 18-02-2010; Efeitos a partir de 23-12-2009)



Obrigatoriedade de emissão de Notas Fiscais pelas Transmissoras

- Compliance
- Multas
- Solução





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Contatos:
Francisco Moreira
(11)99900-7004
fmoreira@bocater.com.br

OBRIGADO!

